

A ÉTICA NA EDUCAÇÃO: DA RELAÇÃO COM A MORAL E O SENSO COMUM

Paulo Eduardo da Silva Nunes¹

Resumo: O objetivo deste artigo é colocar atenção nos problemas éticos da sociedade, sua falta de autorreconhecimento e, no que se refere à Educação no Brasil tratar o tema da Ética nas suas características filosóficas, especialmente dialéticas e críticas, para verificar a possibilidade de uma virada axial na educação do país. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que busca elucidar conceitos e desvelar o acobertado pelo senso comum. A pesquisa afirma na sua parte documental o propositivo e legal para a Educação e traz a contribuição de filósofos que aprofundaram suas teses sobre o mesmo problema. Verificou-se que as propostas de trabalho na área da Educação estão resguardadas na nossa legislação, mas são confrontadas por ideais liberais que se colocam contra projetos progressistas e humanistas. A abertura dos conceitos de razão e do pensamento crítico traça uma perspectiva histórico-filosófica que fundamenta o tema do artigo. As leituras sobre Ética levaram à conclusão que esta deve ser trabalhada na educação de crianças e jovens para alcançar resultados expressivos na formação da sociedade cidadã e democrática, em médio e longo prazos. Conclui-se também que históricas disputas políticas no país, têm colocado a Educação como refém das intempéries eleitorais, limitando o avanço de projetos progressistas.

Palavras-chave: Educação. Ética. Moral. Unidimensionalidade.

Introdução

Este artigo pretende contribuir para a reflexão sobre o material político-pedagógico elaborado para a base da Educação no Brasil, atentando para o trabalho de professores, filósofos da educação, pedagogos e políticos que se dedicaram a desenvolver leis, políticas públicas e projetos na busca da consolidação de um conjunto de orientações, diretrizes e práticas para a educação brasileira. Ainda que enfrentando as dificuldades de uma estrutura precária, no que se refere,

¹ Bacharel em Filosofia (Faculdades IDC / IMED), Especialista em ensino de Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1685759181478017>.
E-mail: paulonunes40@hotmail.com

principalmente, à escola pública, tais atores demonstram na teoria e na prática que é possível transformar a sociedade através da Educação.

Sugestões de inovações nos currículos, a conversa das disciplinas tradicionais das grandes áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, o estímulo aos alunos para se desenvolverem de modo global, somados à aplicação dos Temas Transversais nas disciplinas curriculares - elementos da sociedade que dão sentido de mundo - e às boas práticas didáticas no processo de educar são, de forma geral, propostas para a formação cidadã de jovens e adultos brasileiros.

O problema que se pretende estimar é: a aprendizagem sistemática do uso transversal de conceitos que envolvem a Ética, a Estética e outros temas filosóficos seria suficiente para a formação de uma base intelectual autônoma? A consolidação desse processo resultaria no alinhamento da Educação com a sociedade em uma práxis² social? Na educação teria o Tema Transversal (TT) Ética o papel de crítico da moral estabelecida, em direção à uma formação multidimensional?

O tema do trabalho pode ser utópico e carregado de boas intenções, mas oxalá possa ser realizável mudar o eixo da Educação no Brasil através da transversalidade amparada no TT Ética e na interdisciplinaridade, repensar a prática conteudista tradicional com vistas a resultados no mercado de trabalho e rumar para a sua anterior intenção, qual seja, a da formação de uma sociedade equânime, plural e cidadã.

Para facilitar e também estimular a reflexão, o texto se divide em partes. A primeira diz respeito ao panorama geral da Educação com relação à documentação legal e às contribuições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que definem a Ética como norte dos TT. Na segunda parte é traçada a relação entre os conceitos de Ética e Moral, conforme *Ética e Interdisciplinaridade* da professora Terezinha Rios (RIOS, 1995); o texto abre o enunciado de um conceito de Ética que se completa na Educação. A pedagogia para o exercício da cidadania aparece nas práticas freirianas da *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 2018). Na terceira parte, uma contribuição político-filosófica da teoria hegeliana comentada pelo filósofo Herbert Marcuse (MARCUSE, 1969): o aspecto do contraditório e a construção do negativo, o pensamento crítico, a Ética por definição e o Estado como norteador da sociedade. Estes são alguns dos elementos que depois vão ser encontrados na ‘sociedade unidimensional’ vislumbrada por Marcuse em *O Homem Unidimensional* (2016), que é balizador quanto ao tipo de sociedade que seria bom evitar. Para Freire e Marcuse, a lógica da não dominação e resistência ao *status quo* se dá pela Educação emancipadora e a consequente

² Em Gadotti (1998): “A pedagogia da práxis é a teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, a contradição, mas, ao contrário, os afronta, desocultando-os”.

autonomia do pensamento. Estas estão ligadas à uma prática libertadora, que se materializa numa crítica social de ação e se transforma em prática política.

A intenção é verificar, racionalmente, a eficácia da aplicação da prática ética orientada na Educação como recomendado nos PCN e, aproveitando a abstração que o pensamento filosófico proporciona voltar-se aos grandes problemas sociais que envolvem a sociedade e repensar propósitos e meios para o crescimento enquanto sociedade avançada e condizente com o seu tempo.

1. Panorama e base legal

Uma sociedade antagônica à pensada por seus constituintes, educadores e intelectuais na formação da sociedade cidadã, através de normatizações democráticas e republicanas, carrega um problema de difícil consenso: a turbulenta relação da moral estabelecida com a crítica ética nos cenários cultural e político. O que acarreta, também dizer sobre o caráter unidimensional dominante formado, justamente, por se aproveitar da ausência do pensamento crítico (ético) em muitas esferas sociais, obstaculizando assim, ainda mais, a visão ampliada dos cidadãos.

A Educação universal de um país (resguardadas as diferenças culturais regionais) pode ser um instrumento para a prática pedagógica libertadora, “se” estiver em sintonia com as suas transformações sociais. Ela é o elemento de ligação com a sociedade nas comunidades e demais setores, portanto, também é o que permeia a esfera política com o seu verdadeiro autoconhecimento. E maior será o seu alcance quanto mais for vista como decisiva na leitura real dos problemas sociais em diferentes extratos socioeconômicos. Pensando nisso e para além, no Brasil foi construído um fantástico arcabouço legal para a Educação, desde o final da década de 1980.

A Constituição Federal de 1988 (CF 1988), aclamada como a “Constituição Cidadã” foi elaborada em um momento crítico da história brasileira. Em larga medida foi escrita de forma reativa, no intuito de modificar os rumos do país depois de um sofrido período de Ditadura Militar, que se estendeu nas décadas de 1960, 70 e início de 80. Ao Brasil restava a CF de 1946 como o último documento democrático, que, por sua vez vigorou entre regimes ditatoriais. Ao final do período de abertura política, em 1985, com a necessidade premente de se apresentar uma proposta revigorante, que fosse expressa em documento norteador capaz de mudar os rumos da nação, nessa

transição para a “nova democracia”, surgiu a CF/1988. Um dos seus princípios foi o de colocar no texto os direitos civis antes dos direitos do Estado, bem como resguardar o Capítulo III com exclusiva Seção (I) para a Educação (BRASIL. CF88, 2016, p. 123). Vale lembrar que a CF ainda é a Carta Maior, o guia legal do país.

A partir desse novo paradigma foram preparados documentos para a Educação. Vale citar os mais importantes.

1 - A Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 2018) que orienta os princípios da Educação. A LDB foi elaborada por educadores, entre eles o Professor Darcy Ribeiro, defensor da Educação como o mais alto pilar da formação social.

2 - Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) foram pensados para colocar os alunos em contato com os problemas do mundo que os envolve. Eles criam um senso de realidade e agregam os Temas Transversais (TT) aos currículos tradicionais trazendo assuntos que estão para além das disciplinas convencionais. O pensamento crítico de crianças e de jovens permanece alinhado às normas da CF. Entre os objetivos para o Ensino Fundamental, por exemplo, observa-se a intenção de os alunos serem capazes de: (i) compreender a cidadania como participação social e política; (ii) posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva; (iii) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro e de outros povos; (iv) conhecer e cuidar do próprio corpo; (v) utilizar as diferentes linguagens para se comunicar; (vi) saber utilizar diferentes fontes de informação; (vii) questionar a realidade utilizando o pensamento lógico, a criatividade e a intuição.

Na apresentação dos PCN, os TT Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual foram incorporados no compromisso com a construção da cidadania, por meio de uma “prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental”. Os TT, entretanto, não constituem um conjunto de novas disciplinas, mas temas que devem ser incorporados em todas as disciplinas nas suas respectivas áreas. Dessa forma, além de proporem a transposição didática para além das disciplinas curriculares, ligando a escola ao ambiente social vizinho incentivam, direta ou indiretamente, a interdisciplinaridade, abrindo uma perspectiva de Educação global que atende as grandes áreas curriculares e temas transversos, da mesma forma que sana demandas originárias da sociedade.

No sentido da Educação com vistas ao fortalecimento da sociedade cidadã, o tema central para situar a discussão é o TT Ética, norteador dos demais por sua dimensão histórica e política, como referido no seu próprio texto:

A ética é um dos temas mais trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo, mas também um tema presente no cotidiano de cada um, que faz parte do vocabulário conhecido por quase todos. A reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha. A ética interroga sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume. Abrange tanto a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e perante elas, quanto a dimensão das ações pessoais. Trata-se portanto de discutir o sentido ético da convivência humana nas suas relações com várias dimensões da vida social: o ambiente, a cultura, a sexualidade e a saúde (PCN, 1997, p. 25).

A proposta dos PCN vai mais além dos conteúdos das disciplinas tradicionais. Existem outros critérios para a utilização dos TT, tais como a urgência social de tratar questões graves que se apresentam à sociedade: a abrangência nacional onde fossem pertinentes em todo o país, a possibilidade de ensino e aprendizagem no Ensino básico e o favorecimento da compreensão da realidade e da participação social.

3 - A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), atualizada periodicamente, unifica conteúdos escolares em todo o país resguardando as diferenças culturais regionais. A BNCC se atualiza para contemplar os avanços do ensino e atua nas esferas das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios. A BNCC tem como princípios filosóficos a Ética, a Política e a Estética.

Para reforçar o elo dos princípios com a base legal, sua introdução observa que

(...) em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BNCC, 2018).

Ampliando filosoficamente o debate é possível descortinar o que foi vislumbrado por pensadores como Herbert Marcuse e Paulo Freire, combinados com os trabalhos de autores contemporâneos da área da filosofia da educação e suas contribuições na abordagem dos problemas éticos da sociedade, possibilitando entender melhor as questões que integram a Educação ao social e reforçar a necessidade da sua comunicação.

A importância de pensar eticamente outros modelos para a Educação caminha, em par e passo, com a importância de uma reviravolta política alternativa ao modelo falido de sociedade, vide

desigualdade social etc. As sociedades das revoluções francesa e industrial, alicerçadas na produção fabril e tecnológica em diferentes fases do sistema capitalista parece colapsar. A ampliação vertiginosa das desigualdades oriundas deste modelo, largamente previstas por filósofos e sociólogos desde o século XIX estão em pleno curso e, por conseguinte, em direção ao seu fim. Portanto, pensar outro eixo para a sociedade através da Educação usando a Ética como fundamento da atitude crítica, em sintonia com o conhecimento da realidade social seria uma possibilidade de afirmação de valores para o futuro pretendido.

Entretanto sabe-se que colocar práticas em ação em um curto período de tempo, de maneiras que se possa aferir a sua eficácia é, também, uma forma de enfrentar o sistema estabelecido - o *status-quo* - e trazer à tona a relação entre dominantes e dominados, no sentido da emancipação destes. Explicando: usar uma forma mais enérgica e pragmática de lidar com o sistema para provocar a sua mudança, utopia aos moldes de Paulo Freire descrita em sua obra *Pedagogia do Oprimido*³ (FREIRE, 2016). Esta é uma questão que se coloca em 2019 e que parece dever ser levada ao enfrentamento; com certa urgência.

Encontra-se aí a importância de pensar os problemas através de conceitos racionais, a fim de ser estabelecida uma disputa íntegra, vitoriosa e urgente. Argumentos tautológicos ou fatalistas sem validade, do tipo – é importante, mas inviável; é inviável, mas muito importante – não contribuirão para o enfrentamento da “falsa moralidade”⁴, que impõe as maneiras de como pensar e como se comportar em sociedade, não abrindo os caminhos para o desvelamento do real panorama social.

O uso da linguagem da mídia hegemônica, que claramente caminha na contramão de qualquer legislação civilizada é o melhor exemplo do dominante manipulando o ideário da população de acordo com propósitos comerciais. Quando não se pensa eticamente (criticamente) no real significado das mensagens transmitidas por esses veículos, presume-se que tão cedo não será possível responder com a verdade às nossas crianças, jovens e adultos.

³ A obra *Pedagogia do oprimido* de Paulo Freire pressupõe um método para a emancipação dos oprimidos no qual a Educação, desde um projeto de alfabetização pelas chamadas “palavras geradoras”, leva os educandos ao autoconhecimento. Essa racionalidade, criada para se reconhecerem no mundo, também cria um senso de conhecimento da verdade que o remete à consciência, de si e do todo. A consciência gera uma prática e essa prática leva à liberdade.

Entendidas as linhas gerais e conhecida a teoria e os problemas a enfrentar, resta o apetite para a *práxis* radical.

⁴ O uso da expressão “falsa moralidade” entre aspas, neste caso serve para frisar que a moralidade sem a respectiva crítica aprofundada pode conter falsidades e, por isso, ser questionável quanto aos seus princípios.

2. Fundamentos: diferença dos conceitos de Ética e Moral

Considerando que a etimologia dos termos Ética e Moral tem origem em diferentes culturas⁵ - na grega (*ethos*) e na romana (*moralia/mores*) - é possível pensar que esses significantes não traduzem, exatamente, a mesma coisa, embora sejam semelhantes os seus significados. Entender diferenças veladas dos termos serve para justificar seus usos em análises de fundo, onde se faz necessária a perfeição dos conceitos. Tal colocação busca auxílio em textos que corroboram a visão exposta. Terezinha Rios, em *Ética e Interdisciplinaridade* faz uma explicação conceitual dos verbetes Ética e Moral, a partir da necessidade da revisão desses conceitos para pensar a filosofia da educação na sua parte pedagógica. Segundo suas palavras, os valores morais estão ligados a uma ideia de “bem” que é determinante para o regramento da sociedade que não restringe seus cidadãos. A comparação que ela faz dos significados de Ética e Moral diz que:

Enquanto a moral é o conjunto de princípios que norteiam a ação dos homens, chama-se ética a reflexão crítica sobre estes princípios. Quando falo na ética, passo a me referir a uma reflexão de caráter crítico sobre a dimensão da moralidade (RIOS, 1995, p. 126).

Ou seja, a ética busca refletir sobre o fundamento ou fazer a problematização de preceitos morais através do pensamento crítico. A Ética, quando questiona e incide sobre a Moral indica iniciar uma nova prática moral, que é a própria transformação da moralidade, portanto, nestes termos, uma coisa depende da outra.

2.1 Pensando a Ética na Educação

⁵ Acerca da etimologia dos termos, o Cap. 1: Da diversidade das Línguas diz: *Cumprer não confundir o que pode ser com o que é demonstrável* (SAUSSURE, 2012, p. 255). Para ver mais: 4ª parte sobre Linguística Geográfica do livro *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure.

Ter os TT no projeto da Educação para o país visa, de certa forma contradizer e reelaborar todo o complexo jogo de imposições estabelecidas pela tradição desde a formação da nossa sociedade. Seja na condição de usufruir do bem-estar social ou de se expor à extrema violência, a população oprimida resultante do sistema tradicional se encontra sem saída até para questões de sobrevivência. É necessário fundamentar o que está desvirtuado pelo senso comum, pela cultura de massas difundida pela imprensa dominante. Através da Educação torna-se factível extrapolar os delimitadores de possibilidades reprimidas por essa cultura. Nada mais adequado, então, que se valer do TT Ética na Educação Básica, tal como descrito nos PCN, para explicar aos jovens a verdadeira face da sociedade em que vivemos.

É também imperativo prestar atenção ao fazer prático da Educação, a *práxis* que opera a transformação. A *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire (FREIRE, 2018) esclarece os caminhos para a formação autônoma e coloca o professor educador na sua mais elevada posição político-pedagógica, qual seja, a de enxergar o que os alunos devem seguir e como devem se posicionar para que sejam autônomos. O seu método começa no Ensino Fundamental, pelo que ele chama de passagem da curiosidade ingênua, a que se satisfaz com o senso comum, para a curiosidade epistemológica, que questiona e transforma o conhecimento em conhecimento consciente. A Educação que visa a formação moral do indivíduo deve ser, acima de tudo, coerente. É a coerência do pensamento, agora crítico, que coloca o sujeito das ações, o indivíduo, em sintonia com a realidade. Conhecendo a realidade, ele faz do seu viver uma trajetória ética, na qual não pode deixar de se posicionar frente às injustiças e demais mazelas sociais, e nem se deixar enganar pela propaganda da minoria dominante. Freire observa as práticas que devem ser virtuosas na postura política dos professores. A intransigência com a verdade e o sentido de realidade indicam que deve haver uma formação elevada dos corpos docentes através da pesquisa continuada e dos estudos avançados. A formação docente é determinante para que seus próprios agentes também consigam entender o mundo desigual que fazem parte, e assim, eduquem seus alunos eticamente.

(...) Não posso proibir que os oprimidos com quem trabalho numa favela votem em candidatos reacionários, mas tenho o dever de adverti-los do erro que cometem, na contradição em que se emaranham. Votar no político reacionário é ajudar a preservação do *status quo*. Como posso votar, se sou progressista e coerente com minha opção, num candidato em cujo discurso, faiscante de desamor, anuncia seus projetos racistas? (FREIRE, 2018, p. 78).

Outros elementos são necessários, que regulem e conduzam a sociedade, tanto nos assuntos internos, na manutenção da paz e do respeito entre os concidadãos, quanto nas relações

diplomáticas com outros países, no respeito com os outros povos etc. Mas o que parece indiscutível é que, na sociedade justa, esses elementos estarão atrelados aos princípios freirianos da Educação.

3. Uma construção histórico-filosófica

A formação do cidadão ético não é possível a partir de uma concepção individualista – egoísta - da sociedade. Tal intento seria antagônico ao de formar uma unidade social guiada por princípios de respeito mútuo entre as pessoas, ao meio ambiente e aos grupos plurais da sociedade.

Uma reflexão filosófica adequada para explicar os problemas contemporâneos parece ser a de Hegel, traduzida por um reconhecido comentador da sua obra, Herbert Marcuse. Tais pensadores influenciaram grandes movimentos humanos através da sua crítica social. Hegel, a partir da sua análise do Idealismo Alemão do século XVIII percebeu as diferenças sociais que levaram o povo francês à insurreição e o alemão à sucessivas derrotas, uns por motivo de egoísmo e outros por união. Marcuse, um incentivador dos movimentos estudantis de 1968, criticou profundamente a sociedade industrial avançada e tecnológica do pós-segunda guerra. Os acontecimentos mudaram paradigmas arraigados e alertaram para os problemas contemporâneos.

Oportuno mencionar a semelhança de ofício entre os dois pensadores, a saber, que eram professores, ativistas de natureza contestadora, expressa em críticas que influenciaram uma gama enorme de pessoas. Em ambos, o posicionamento ético negava a realidade estabelecida, alertando para o que a realidade racional afirmava. Paulo Freire comungava das mesmas premissas ⁶ do pensamento dos autores citados.

São os conceitos filosóficos desvelados por eles que trazem clareza e conferem a facticidade das suas teses. Seria a Ética proveniente do pensamento crítico? Tudo indica que sim!

⁶ Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire cita Hegel mais de uma vez no sentido de que os oprimidos devem se reconhecer como tal antes de poderem reagir (FREIRE, 2016, p. 71). Na obra de Marcuse, em *O Homem Unidimensional* e *Eros e Civilização*, Paulo Freire encontra o papel da tecnologia e da comunicação de massa na manutenção da condição dos oprimidos enquanto “coisas” manipuláveis (FREIRE, 2016, p. 88)

Na obra *Razão e Revolução*⁷: *Hegel e o advento da teoria social*, Marcuse demonstra o caminho hegeliano, exposto aqui em três fragmentos:

O primeiro refere-se ao conceito de razão. Contextualizado nas Revoluções Francesa e Industrial e carregado das contradições do Idealismo alemão, Hegel primeiro desfaz o pensamento de que a sociedade industrial era “a racional” e que poderia conduzir à sociedade livre por ser uma representação imediata de sucesso e movimento. O processo econômico apareceria, então, como fundamento da razão. Porém haviam contradições nesse sistema, pois a Alemanha estava mais atrasada que França e Inglaterra e, por isso, não se poderia dizer que ali a sociedade industrial representava o modo de vida racional. Hegel negou, portanto, esse conceito de razão e usou na sua filosofia outro conceito de razão, no qual “o Estado é a realização da razão”. Críticas posteriores à parte, o que importa é a diferença de significados de conceitos baseada na mudança de contextos, tornando-os frágeis. Na dialética hegeliana, o “espírito do contraditório” é a mola propulsora. A chamada filosofia negativa de Hegel é fundamental para o pensamento crítico e a ética social.

A razão é a verdadeira forma da realidade; nela todos os antagonismos do sujeito e do objeto são integrados para constituir a genuína unidade e universalidade. A filosofia de Hegel é, pois, necessariamente um sistema, subordinando todos os domínios do ser sob a ideia, totalizante, da razão (MARCUSE, 1969, p. 33).

No segundo, o jovem Hegel critica o Cristianismo e diz que os evangelhos não condiziam com a verdade, mas com uma espécie de antropocentrismo egoísta; e que essa concepção vai contra os princípios de unidade por ser uma doutrina oposta à ordem social, contra a ideia de Estado integrador. Novamente é apontada uma falta de racionalidade entre contextos ou doutrinas.

⁷ A primeira obra filosófica de Marcuse é de Estética e considera a arte, especialmente a literatura, possuidora de força alienante transformadora da vida social, diferença entre o ideal e o real. Marcuse notou que os poderes dominantes se apropriavam das artes para exercer o controle social através da repressão intelectual. Na filosofia política, na análise da obra de Marx, Marcuse concluiu que o proletariado marxista não representava toda a pluralidade social e que deixava fora da sua revolução uma expressiva quantidade de grupos sociais não-proletários. O mesmo se deu com o *Dasein* de Heidegger. Marcuse não encontrou materialidade, nenhum sentido de mundo no *Dasein* heideggeriano e este não abriu mão da extrema subjetividade conferida ao seu *Dasein*. Nos estudos de Hegel, da dialética do negativo, Marcuse encontrou subsídios para desmistificar a linguagem capitalista. *Razão e Revolução*, onde Razão significa a forma racional de encontrar a verdade, realidade factual e material; e Revolução é a resposta à enganação dos ditos do sistema dominante. A obra critica e supera teses e dá início a uma trilogia que culmina com *O Homem Unidimensional*, na qual Marcuse descreve uma sociedade totalmente administrada. (para mais sobre biografia e obras: <https://plato.stanford.edu/entries/marcuse>)

O Terceiro e último trecho é sobre o seu entendimento de que o Estado liberal, por sua própria significação é gerador natural de desigualdades e, em estágio avançado, tende ao autoritarismo. Para Hegel, os fundamentos do Estado deveriam ser baseados numa concepção de justiça, o elemento ético da condução da sociedade. Mesmo podendo ser fortemente confrontado por seus pares àquela época, ele segue coerente, conforme descreve Marcuse:

O caráter daquele sistema, reafirma Hegel, é essencialmente negativo porque a própria natureza da estrutura econômica impede o estabelecimento de um autêntico interesse comum. O papel do estado, ou de qualquer organização política, é o de zelar para que as contradições inerentes à estrutura econômica não destruam todo o sistema. O estado deve assumir a função de frear os processos sociais e econômicos anárquicos (MARCUSE, 1969, p. 65).

A exposição de conceitos com noções antagônicas da verdade analisadas com pensamento crítico, portanto ético, vai se chocar frontalmente com a verdade estabelecida pelo senso comum, gerando uma nova possibilidade de entendimento. A ética é como uma espécie de guardião do pensamento crítico e verdadeiro que deveria ser repassado a toda a sociedade; um papel histórico da Educação.

3.1 A unidimensionalidade

A obra *O Homem Unidimensional* de Marcuse analisa uma sociedade que já não prima por sua atitude crítica, tornando-se refém de um sistema totalizador, encampando até o que seria o contraditório⁸ de si própria. São dois os principais aspectos da sociedade unidimensional: o político e o cultural, este localizado principalmente nas artes e na linguagem.

Quanto ao universo político, Marcuse contrapõe os dois maiores sistemas totalitários em suas características comuns. Tanto o Capitalismo como o Comunismo seriam reativos às suas respectivas críticas por se aproximarem do seu elemento antagônico, ou seja, um do outro. O que poderia significar uma certa semelhança nos seus fins políticos, o poder de dominação. Na era da tecnologia industrial de fase avançada surge uma força maior e comum a esses paradigmas até então apresentados. Se, por um lado essa tecnologia é destruidora de barreiras de classes pela possibilidade de ser consumida em diferentes extratos sociais, de outro exerce a dominação através do seu poder de comunicação de massas, criação de necessidades e desperdício.

⁸ A sociedade que aceita o seu contraditório e o engloba. A chamada ‘dieta saudável’ do establishment.

O aspecto cultural caminha no mesmo sentido, só com outros elementos. A considerada “cultura superior” tratava das coisas sublimadas e impossíveis de serem alcançadas pelo cidadão comum, criando um mundo imaginário e transcendente. Com o avanço tecnológico, a cultura aproximou-se do mundo real no qual qualquer um pode realizar as mesmas coisas que os denominados “fora de série”⁹ de outrora. A realidade ultrapassou a sua cultura, diz Marcuse, pela “invalidação dos seus elementos de oposição, alienação e transcendência da cultura superior, em virtude dos quais ela constitui uma outra *dimensão* da realidade” (MARCUSE, 2015, p. 86).

Em ambos os casos, a tecnologia difundida nos seus meios de comunicação ajuda a desenvolver um estado de Bem-Estar Social avançado, um pouco diferente daquele de Bismarck do final do século XIX, que se apresentava como alternativa ao liberalismo alemão e ao socialismo francês. Agora é mais uma questão de divulgação midiática dos serviços prestados para o saneamento dos anseios da população em áreas como saúde, economia e da vida política da população, nem sempre verificáveis. Essas demandas ficam apaziguadas e, portanto, a tecnologia pode ser considerada também um gerador de conforto. O resultado desse processo desvela uma nova forma de leitura da dominação da sociedade: a unidimensionalidade. Eis uma implicação direta desta relativização da liberdade, demonstrada no texto:

Enquanto essa conjuntura prevalecer, ela reduzirá o valor de uso da liberdade: não há razão para insistir na autodeterminação se a vida administrada é a vida confortável e até mesmo a vida “boa”. Esse é o fundamento racional e material para a unificação dos opostos, para o comportamento político unidimensional (MARCUSE, 2015, p. 79).

A união desses opostos, somada à falta do pensamento crítico contundente (ético) para se contrapor a esse sistema fomenta ainda mais a dicotomia entre dominantes e dominados, na qual, é óbvio, os dominantes detêm a tecnologia e os meios de comunicação para a dominação em larga escala.

CONCLUSÃO

Considere-se o conjunto legal para a educação no Brasil e os aspectos mais importantes dos seus estatutos elaborados por filósofos da educação: os PCN trazem o TT Ética permeando todo o

⁹ Em geral artistas que não precisavam trabalhar e olhavam com ironia e crítica a sociedade.

currículo e os outros TT por suas tendências filosófica, cognitivista, afetivista, moralista e democrática (BRASIL, 1997, p. 61 – 62). Nos PCN, a Ética permeia o ensino com elementos que estão para além do currículo na formação dos jovens. A BNCC, no seu item 5.4 - ciências aplicadas para o Ensino Médio – traz normas de aprendizagem e competências específicas: “Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos (...)”; e, nas habilidades que os estudantes devem ter para completarem suas competências, uma capacidade crítica elevada para “identificar, analisar e comparar”, em diferentes linguagens, aspectos sociais os mais variados (BNCC, 2018, p. 572).

Em termos, PCN, BNCC, PNE, LDB e Constituição Federal pensam um conjunto normativo para um país com valores éticos e de cidadania elevados, alicerçado em teses de grandes pensadores, nacionais e estrangeiros.

Entretanto, no Brasil, historicamente, governos liberais e progressistas se intercalam e, seguidamente colocam a Educação em situação de total insegurança. Resta a pergunta: qual seria o nascedouro do não entendimento da importância da Educação como formadora de cidadania e da sociedade realmente rica para os políticos em geral? De certa forma a questão coloca em xeque a própria solução do problema proposto, pois a geração de parte dos políticos de hoje foi educada dentro do mesmo sistema que contém essa gama documental orientadora. Como poderiam então virar as costas para o que representa o principal dispositivo de transformação social? Seria a hipocrisia, o corporativismo ou o agir em benefício próprio? Infelizmente, a polarização que divide a sociedade brasileira entre liberais (na economia) e progressistas tem o problema da disputa crescente por hegemonia, o que a coloca em sérias dificuldades. Assim, o que estaria alheio a disputas eleitoreiras por poder, acaba renovando a dicotomia entre possíveis totalitarismos.

Enquanto a Ética e o pensamento crítico perdem espaço no debate democrático, mais necessária é a presença de atores sociais que apreciem e julguem as manifestações próprias de uma determinada sociedade. Essa contradição concorda com a leitura precisa de Marcuse, da impossibilidade da formação da sociedade sem o seu contraditório, da sociedade que não pense a si mesma e seja dominada pelo poder dos interesses econômicos na voz de seus meios hegemônicos de comunicação. A sociedade dominada perde a sua autonomia, a razão, e fica cega da sua própria condição. A sua realidade fica estampada em degradações ambientais, desigualdade social extrema e acelerado processo de desinformação geral. As consequências diretas se agudizam e a impossibilidade é cada vez maior para a resolução do problema, ou seja, de evitar a dominância dos setores liberais. Esses setores, suicidas eles mesmos, pois acabam com a pirâmide que os alimenta,

coloca em evidência um estado de não retorno, de pensamento fechado e unidimensional, que aprofunda desigualdades e gera grandes conflitos.

A proposição de uma Educação voltada para os valores éticos no eixo principal de sua formação promete, com propriedade, a transformação da sociedade a médio e longo prazos. É evidente que não houve tempo suficiente para que este projeto de educação obtivesse resultados. São necessários recursos de toda ordem para a sua implantação: recursos humanos com formação continuada, projetos, espaço de tempo suficiente para sua realização e, por certo, recursos de ordem financeira. O modelo de educação liberal competitiva voltado para a produção, de currículo fragmentado em disciplinas em busca da capacitação para o mercado de trabalho, diga-se de passagem, já foi experimentado. Nada contra uma parte da educação ser voltada para as áreas tecnicistas, antes pelo contrário! A Educação deve atingir todos os segmentos de forma dinâmica e estar presente nos setores sociais, contemplando a sua pluralidade. Mas, de maneira concisa e objetiva, a Educação, antes de ser plural deve ser multidimensional. A contradição liberal e seu indicativo de falha se expressa na situação em que o país se encontra: em franca desindustrialização e perdendo competitividade nos seus “mercados”, inclusive, lógico, os pertinentes ao progresso científico. O modelo voltado para a produção, com os adventos da tecnologia, da automação e da financeirização, está superado e antiquado e favorece a muito poucos. A Educação não humanista não responde mais a este apelo de desenvolvimento. A desigualdade social gerada no seio desse sistema desequilibrado reflete negativamente a sociedade que, orgulhosamente, não aceita a sua negação.

A desigualdade brasileira só pode ser resolvida com o empenho de muito trabalho conjunto, envolvendo o pensamento ético e progressista. É fundamental trazer a nossa realidade para o centro do debate, por mais escancaradas que sejam as imagens negativas que nos circundam, a fim de que se produzam políticas públicas adequadas para o progresso da sociedade brasileira.

A Educação pública universalizada minimizaria grande parte dos problemas hoje enfrentados, pois ela produz gradualmente o fenômeno do trabalho universalizado. O conjunto Trabalho-Educação é o alicerce da sociedade rica. É importante ressaltar o papel das leis. Dentre as medidas iniciais para qualquer mudança é imprescindível a exigência do cumprimento das leis do país, principalmente as que afetam a Educação. A filosofia da antiguidade nos ensinou que a corrupção da democracia é a demagogia e que esta só pode sobreviver com a justiça em pleno gozo das suas atribuições. Hegel, falava em um processo anárquico na continuidade do sistema liberal. Marcuse aponta um panorama caótico, em nada distante. Enfim, não há quem se oponha contundentemente a essas teses, salvo se estiverem acobertados interesses outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Versão revista. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. **LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57. ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 2. ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1998.

MARCUSE, Herbert. **O Homem Unidimensional: Estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. Tradução: Robespierre de Oliveira. - São Paulo: EDIPRO, 2015.

_____. **Razão e Revolução: Hegel e o advento da Teoria Social**. Tradução: Marília Barroso. - Rio de Janeiro: Editora Saga S. A., 1969.

RIOS, Terezinha A. “Ética e Interdisciplinaridade”. In: FAZENDA, Ivani C. A. (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística Geral**. 28. ed. – São Paulo: Cultrix, 2012.